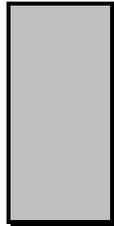


Artigo



JACOB BURCKHARDT E SUAS REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA¹

Paula Vermeersch²

Resumo

Este artigo pretende resgatar alguns pontos de uma das obras do historiador suíço Jacob Burckhardt, *Reflexões sobre a História (Weltgeschichtliche Betrachtungen)*. One of the most

This article intend to get back some points of a Jacob Burckhardt's book, *Reflections on History (Weltgeschichtliche Betrachtungen)*. One of the most

Betrachtungen). Um dos mais importantes historiadores do século XIX, Burckhardt ao falecer deixou suas anotações de aula, onde especificava suas concepções metodológicas; essas anotações se transformaram nesse volume póstumo cuja importância para a compreensão da historiografia posterior é fundamental. A partir da dinâmica das "três potências" (Religião, Estado e Cultura) Burckhardt constrói um esquema básico para que o historiador

¹ Este artigo resume uma parte da monografia "Pão e circo: a imaginação como contra-poder", defendida em dezembro de 1998 sob a orientação da profa. dra. Amnérís Maroni, departamento de Ciência Política, IFCH-Unicamp. A ela, mestra querida, dedico este trabalho e todos os agradecimentos, e ao "burckhardtiano" brasileiro mais cuidadoso, o amigo Cássio da Silva Fernandes. A pesquisa foi possível por conta de financiamento, como iniciação científica, pelas agências SAE-UNICAMP, CNPq e FAPESP. A tradução brasileira de *Weltgeschichtliche Betrachtungen, Reflexões sobre a História*, cujo título foi decalcado da primeira edição em inglês, é a obra identificada por BURCKHARDT, Jacob (1961).

² Mestre em Sociologia e História da Arte e da Cultura, IFCH-UNICAMP, bolsista do Programa de Formação de Quadros Profissionais - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Cebrap e Doutoranda em Teoria e História Literária, IEL - UNICAMP.

consiga se situar no estudo do passado das sociedades; tal esquema em muito esclarece suas obras-primas, como *A cultura do Renascimento na Itália*, e também o trabalho de estudiosos posteriores (encontram-se muitas ressonâncias da visão burckhardiana da História em Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud, Carl Gustav Jung, Heinrich Wölflinn, Ernst Gombrich, Elias Canetti, Theodor Adorno e Norbert Elias, por exemplo).

Palavras-chave: Jacob Burckhardt - *Reflexões sobre a História* - metodologia.

important historians of the 19th century, Burckhardt left us his classe's lectures, where he explains his methodological concepts; this lectures form this post-humous work which is fundamental to his posterior historiography. From the dynamics of three potences (Religion, State and Culture), Burckhardt builds a basic framework for the historian and his studies on the past of societies. This framework explains Burckhardt's classic books like *The Culture in Italian Renaissance*, and some points of important authors' works like Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud, Carl Gustav Jung, Heinrich Wölflinn, Ernst Gombrich, Elias Canetti, Theodor Adorno and Norbert Elias, for example.

Keywords: *Jacob Burckhardt* — Reflections on History — *methodology*.

As dificuldades metodológicas encontradas no trabalho do historiador eram uma preocupação constante para Jacob Burckhardt (1818- 1898), grande historiador suíço, autor da obra-prima *A Cultura do Renascimento na Itália*,³ ao preparar suas aulas na Universidade de Basileia. Sua preocupação maior era a de formar historiadores capazes de desvendar na poeira dos guardados restos do que um dia já fora brilhante e vivo, e com esses elementos conseguir montar uma pintura de uma época.

Suas aulas encantaram gerações de alunos e colegas, como o jovem filólogo alemão Friedrich Nietzsche. Nietzsche declarava que, com Burckhardt, pela primeira vez teve prazer em assistir a uma aula. No auge do desatino, anos mais tarde, Nietzsche lembraria as tardes tranquilas em

³ BURCKHARDT, Jacob (1991).

Basiléia, escutando o velho professor que um dia havia chorado na aula, ao receber o boato de que o Museu do Louvre se reduzira a cinzas.⁴

Werner Kaegi⁵ conta que as aulas reunidas em *Reflexões sobre a História* foram escritas nas férias de verão de 1868, e depois em esforços sucessivos de Burckhardt em 1870 e 71, como atestam seus manuscritos, preservados em Basiléia. O historiador deu às suas anotações o nome “Do estudo da História”, título original do livro, modificado apenas em sua segunda edição pelos organizadores. Os temas que Burckhardt trata em suas anotações, porém, o perseguiram desde sempre.

Por exemplo, como o “historiador-pintor” deveria se guardar dos riscos de borrar telas e desperdiçar tintas e pincéis, além de, num esforço de imaginação, recriar personagens a partir de frágeis bonecos de papel? A resposta de Burckhardt era: educando-se o “olhar” de determinada maneira, o historiador pode se guiar em meio à montanha de documentos, procurando tendências gerais, parâmetros de pensamento, elementos que seriam “bóias” no infinito oceano do passado.

Burckhardt pede que nos reportemos ao exemplo do pintor. Dois pintores, retratando a mesma pessoa ou situação fazem quadros diferentes, mas não se pode dizer que um seja mais verdadeiro que o outro. As diferenças entre os quadros são devidas às sensibilidades dos artistas, às maneiras diversas de se captar a realidade: o que tem importância e nobreza para um, não tem para o outro, e vice-versa. Enquanto um pende para a delicadeza, a suavidade, o outro passa pela passionalidade e a rebeldia... Tudo depende do ponto de vista, do ângulo em que o pintor se encontra. É lógico que nos dois quadros vão aparecer elementos em comum, mas a disposição dos mesmos na tela e o jogo de cores e sombras dependerão de cada artista.

⁴ Para saber mais sobre a ligação de Nietzsche com Burckhardt, consultar uma das últimas cartas de Nietzsche, escritas no auge da loucura, endereçada a Burckhardt: NIETZSCHE, Friedrich (1889).

⁵ KAEGI, Werner (1964).

A mesma coisa acontece com os historiadores, explica Burckhardt. Em contato com os vestígios do passado, os historiadores podem pôr os elementos em variadas perspectivas, fazer esboços e posicionar o observador em diferentes ângulos. A responsabilidade do historiador é enorme: a sua *Anschauung* (visão) é que permanecerá na mente de seus leitores e discípulos, assim como permaneceu a do pintor (o que ficou para a eternidade foi o olhar de Da Vinci sobre a jovem esposa de um rico florentino, e não a própria moça em *Monalisa*).

Assim, o historiador deve estar atento a uma série de “perigos” que podem causar quadros borrados e telas perdidas. Burckhardt alerta, entre outras coisas, para o estranhamento do passado que pode levar a um desleixo: já que tudo é incompreensível, o estudioso não se dá ao trabalho de aprofundar-se e larga o que faz pela metade. Não se pode “adaptar” o passado ao presente, como fazem alguns romances históricos: há de se enfrentar os preconceitos da mente moldada por sua época e tentar entender o que ocorreu. É uma atitude análoga à do antropólogo em meio a um povo estranho: mesmo que os costumes sejam “exóticos” e “malucos” para o observador, este precisa esforçar-se para descobrir seus significados.

O historiador tem ao seu lado a poderosa ação do tempo, aponta Burckhardt: se na época as visões estavam obscurecidas pelas paixões, lutas e debates, depois é mais fácil sair das posições particularizadas e encontrar um ponto arquimediano de observação. Mesmo que os acontecimentos estudados afetem muito diretamente, o presente o historiador sempre deve procurar uma nação mais ampla de humanidade e História. E quem recusa o conhecimento que vem do passado, alerta Burckhardt, é “bárbaro”.

A metodologia burckhardtiana

O primeiro autor que cogitou na possibilidade de uma história cultural foi Voltaire,⁶ que acreditava que o trabalho do historiador deveria abarcar todas as esferas da vida social: a literatura, a arte, a religião, as técnicas, a política, a economia, entre outras. Essa proposta só encontrou seguidores na segunda metade do século XIX, praticamente. O século XIX foi decisivo na constituição da historiografia: os debates em torno do enfoque, do discurso e dos métodos históricos eram uma constante, por que pela primeira vez o estudo dos acontecimentos passados se tornava sistematizado e acadêmico.

Os historiadores da Arte e seus imediatos sucessores, os historiadores da cultura, encontraram muita resistência no meio acadêmico da Alemanha dominada pela escola hegeliana. Para melhor compreendermos as *Reflexões burckhardtianas*, é necessário fazer uma breve referência ao debate Hegel-Schopenhauer, essencial na constituição das visões do historiador suíço acerca de seu ofício. A teoria de Hegel subordinava tanto a Arte quanto as demais manifestações sociais ao Estado, o verdadeiro fator de racionalidade das encarnações do Espírito no mundo. Na *Estética*, Hegel determina, inclusive, as gradações entre as artes e decreta o fim delas, quando a Poesia se fundirá à Filosofia, na fase final da História da humanidade.

Dentro desse contexto, Jacob Burckhardt foi um inovador. Burckhardt aos poucos delimitou seu campo de estudos em uma área totalmente diversa daquela dos historiadores políticos.⁷ E pôde fazer tal empreendimento porque estava munido de outro referencial teórico, quase uma oposição simétrica do hegeliano: a filosofia de Arthur Schopenhauer. Em primeiro lugar, Schopenhauer negava a existência de uma Filosofia da História, porque

⁶ As considerações seguintes foram escritas com o auxílio de CASSIRER, Ernst (1968), além da inesgotável paciência da profa. Amnérís para com minhas primeiras leituras de Filosofia.

⁷ Sobre os anos de formação de Burckhardt e suas conseqüências para o seu pensar, ver SILVA, Cássio (1998).

consistia numa contradição irreconciliável: a Filosofia trata da essência do universo, enquanto a História o faz com o devir, a torrente sem fim dos acontecimentos. E a essência não participa desse devir, e vice-versa, pela própria definição dos dois fatores. Um dos primeiros pontos apontados por Burckhardt em suas *Reflexões sobre a História* é justamente a recusa da Filosofia da História. Para ele, a Filosofia se afigura como subordinadora e atemporal, enquanto a História é a coordenação dos elementos retirados do passado. A principal ruptura de Burckhardt em relação à historiografia anterior é a da negação de um sentido intrínseco aos acontecimentos.

Burckhardt pode, assim, construir uma obra baseada na *Anschauung* schopenhaueriana, que provém da contemplação do que aconteceu, livre de considerações egoístas. O poder, tanto para Schopenhauer quanto para Burckhardt, é um mal a ser evitado, a pior das ilusões da humanidade. Burckhardt, porém, perdoa a sede de poder existente em alguns dos grandes homens do passado, porque o ponto de partida de suas análises é o indivíduo e suas ações, mesmo as que considera moralmente incorretas (basta observar a atitude tolerante do historiador para com os excessos dos renascentistas italianos). Ernst Cassirer⁸ denomina essa proposta de Burckhardt de “individualismo estético”, já que a grande personagem de sua visão sobre a História é o artista.⁹

Burckhardt considera a existência de um espírito humano, reservatório de todas as experiências da humanidade através do tempo. Esse espírito “veste-se” de maneira diversa em cada época histórica, mas continua o mesmo (a metáfora da “roupa” é schopenhaueriana). A tarefa do historiador é justamente identificar o que permanece e retratar qual é a sua configuração na época histórica em que está interessado.

⁸ CASSIRER, Ernst, op. cit.

⁹ Burckhardt determinou o período que estudaria da História italiana através do tempo de vida do pintor Rafael Sanzio (1483-1520), para ele uma das máximas expressões do clássico no Ocidente.

A metáfora pictórica é amplamente utilizada por Burckhardt: queria captar o que sempre se repete, expressos no *Zeitgeist* e *Volkgeist* (“espírito do tempo” e “espírito do povo”) Esses dois elementos, as peças do vestuário do espírito humano, podiam ser compreendidos nas obras de arte.

A figura máxima, para Burckhardt, é o artista, porque é justamente capaz de captar os símbolos de uma época, e mesmo assim deixar entrever o que é permanente. E construir o Belo, o perene em si. Esse Belo, que existe na obra de arte, também permanece. O Belo é o reflexo da máxima consciência humana.

A valorização do belo, da poesia e da imaginação (que ligada à intuição se tornava a *Anschaunng*), leva Burckhardt a escrever num estilo muito peculiar. Além das fontes tradicionais, Burckhardt utiliza as lendas, as histórias populares, porque sua principal intenção é escrever de um modo belo e atraente para o leitor. Podemos dizer que Burckhardt se filia mais a Heródot, o historiador grego que era lido na ágora de Atenas como entretenimento, do que Tucídides, o rigoroso sábio que em sua *A guerra do Peloponeso* se ateu só aos fatos reconhecidamente comprovados. Esse aspecto da obra burckharditiana pode ser observado claramente no *Cicerone*¹⁰, sua obra que apresentou aos leitores de língua alemã as grandes obras de arte italianas.

A intuição de Burckhardt, acrescenta Cassirer, não é a de Schopenhauer exatamente, metafísica, e sim histórica. A missão do historiador é sentir e pensar, e adquirir, através da experiência, do talento e do trabalho árduo de pesquisa, a intuição necessária para estudar o mistério do passado.

Sua concepção de História é totalmente diversa da positivista ou da hegeliana. Burckhardt acreditava que a História também é uma forma literária, uma arte (apesar de inferior à Poesia, o reino da beleza eterna) que trabalha com os dados essenciais sobre o passado: “Os fatos de que realmente precisamos são somente aqueles que caracterizam uma idéia e que marcam

¹⁰ A tradução italiana para o Cicerone é BURCKHARDT, Jacob (1994).

claramente uma época”.¹¹ E Burke define: “Se se há de rotular Burckhardt, os adjetivos *cético*, *relativista* e talvez *intuitivo* são provavelmente menos enganosos que os demais”.¹²

Os livros de Burckhardt realmente são perspectivas sobre os temas; as metáforas pictóricas, arquitetônicas e esculturais sempre são utilizadas por Burckhardt para especificar seu método de exposição: “contornos” (*Umrisse*), “imagens” (*Bild*), “esboço do todo” (*Gesantschilderung*) e, principalmente, *Anschauung*, “visão”. A impossibilidade natural da reconstrução total do passado e a própria subjetividade do historiador determinam a *Anschauung*, tanto que Burckhardt escreve, no início de *A Cultura do Renascimento na Itália*: “Os contornos espirituais de uma época cultural oferecem, talvez, a cada observador uma imagem diferente, e os mesmos estudos realizados para este trabalho poderiam, nas mãos de outrem, facilmente experimentar não apenas utilização e tratamento totalmente distintos como também ensejar conclusões substancialmente diversas”.¹³

A chave para a proposta de História cultural burckhardtiana realmente são as artes, sua especialidade primeira, mas Burckhardt foi um dos pioneiros a considerar todos os aspectos sociais no estudo do passado: festas, vestuário, política e até anedotas populares eram incluídas na sua pintura da Renascença. Nesse período, a Cultura, elemento dinâmico na dinâmica de forças que veremos a seguir, ofuscou o Estado e a Religião, criando uma sociedade atípica, culta, que respaldou o nascimento o indivíduo moderno (submergindo das águas da Idade Média, assim como a *Vênus* de Botticelli). A política, nesse movimento, também se torna uma Arte.

“Crítico a visão burckhardtiana do Renascimento pode ser fácil; em igual medida, porém, é difícil substituí-la por outra”,¹⁴ escreve Burke em

¹¹ BURKE, Peter (1991, pg. 5).

¹² Idem, grifos do autor.

¹³ BURCKHARDT, Jacob (1991, pg. 3).

¹⁴ BURKE, Peter (1991, pg. 15).

relação às críticas feitas à *A Cultura do Renascimento na Itália*: falta de pesquisa sobre a filosofia da época, a ênfase no individualismo, o falso pressuposto da igualdade entre os sexos. Na verdade, a obra de Burckhardt abriu caminho para os autores posteriores, e vários passaram anos tentando responder a questões formuladas por ele.

Lendo *Reflexões sobre a História* pode-se ter uma idéia do que eram as aulas que tanto encantaram o espírito de Nietzsche. Ouve-se Burckhardt nitidamente; sua voz ressoa, de maneira expressiva, a respeito dos três fatores, ou potências, que perduram através dos tempos na história da humanidade, o Estado, a Religião e a Cultura, ou dando suas opiniões sobre o mundo moderno. O mesmo ocorre em *A Cultura do Renascimento na Itália*, sua obra-prima, escrita aos 36 anos de idade, onde o leitor torna-se acompanhante de Burckhardt na sua viagem por palácios e cidades renascentistas, e vê os tecidos dos vestidos, os rostos e as falas das personagens.

Como já foi dito, Burckhardt em suas *Reflexões* identifica três fatores, ou potências, básicos na história da humanidade: o Estado, a Religião e a Cultura, sendo os dois primeiros estáveis e o terceiro, dinâmico. (“O Estado e a Religião são a expressão das necessidades políticas e metafísicas que reivindicam aceitação universal, enquanto que a Cultura corresponde às necessidades materiais e espirituais que não reivindicam aceitação universal”.¹⁵). A Cultura, portanto, é um par de oposição com as duas outras forças. Para o historiador, é importante divisar a relação entre os três fatores no período analisado, porque isso irá determinar o caráter das instituições, do povo (*Volkgeist*) e da própria época (*Zeitgeist*), e o ponto de vista do observador é fundamental para tal: “As imagens que temos da História são construções intelectuais, meros reflexos de nós mesmos”.¹⁶

As três potências apresentadas por Burckhardt são, ele explica, de natureza heterogênea: enquanto o Estado e a Religião são estáveis, as expres-

¹⁵ BURCKHARDT, Jacob (1961, pg. 34).

¹⁶ Idem, pg. 13.

sões políticas e metafísicas de um povo que reivindicam realidade universal, essencialmente coletivas, a Cultura, ao contrário, é algo dinâmico, que surge espontaneamente, “em benefício da existência natural e como expressão da vida intelectual do homem”.¹⁷ A Cultura corresponde a todas as manifestações humanas que não precisam de aceitação universal para existir, é a forma pela qual o indivíduo participa de sua sociedade através da arte, da ciência, do conhecimento técnico, das tradições, das leis etc. A Cultura, ao contrário do Estado e da Religião, não se impõe pela força bruta.

Burckhardt não coloca a questão da origem histórica dessas potências: o fato é que elas existem. É necessário caracterizar cada uma delas e, depois, suas inter-relações, porque no processo histórico pode ocorrer que em uma determinada época um elemento predomine sobre os outros. Existem momentos na História que até os leigos podem considerar eminentemente políticos, religiosos ou culturais: na verdade, isso vem da disposição que esses três elementos tomam na sociedade e entre eles mesmos. Cabe ao historiador prestar atenção a essa disposição.

A primeira das potências discutidas por Burckhardt é o Estado, que para ele se constrói como a acumulação das experiências passadas de um povo. Para ser forte, deve corresponder ao que esse povo tiver constituído ao longo de sua existência, à sua própria identidade ou a identidade de suas classes dominantes.

O Estado concentra em si o desejo de desenvolvimento material, promovido pelo uso do direito pelos poderosos em seu próprio benefício, um egoísmo levado às últimas conseqüências. A escravização dos indivíduos sempre é a sua tarefa, e o Estado demonstra sua capacidade enquanto puder transformar a violência em energia para o crescimento material durar o maior tempo possível. Enquanto aos indivíduos isolados é negado o egoísmo e a brutalidade, esses dois fatores são a própria prerrogativa estatal; os homens são obrigados a se conter pela moral, mas o Estado pode profanar templos,

¹⁷ Idem, pg. 32.

matar, torturar, subverter o que ele próprio tanto “defende”, a ordem, e ainda inocentar-se devido ao artifício das leis. Mas com o tempo, observa Burckhardt, esses crimes são expiados até porque os injustos não vivem para sempre, e o Estado precisa legitimar-se.

Burckhardt considera o Estado em sua essência um fator negativo (porque “todo poder é mau em si”, afirma numa passagem famosa, quando discute que os grandes homens da História não eram necessariamente os mais virtuosos, e todo o Estado é o detentor do poder numa sociedade). Para ele, a máquina estatal é a encarnação do “direito do mais forte”, e a intervenção estatal na sociedade é uma degenerescência filosófico-burocrática. O poder corrompe, e no caso o Estado, é a personificação de todo mal: barra a atividade criativa, a livre expressão, a moralidade; é o reino do egoísmo dos governantes, mantidos no poder pela força bruta. E mais: Burckhardt considera que a igualdade propalada pelo Estado burguês moderno, além de ser uma mentira, leva à massificação, à mediocridade, à descaracterização total da criatividade. A metrópole moderna só permite o desabrochar de poucas expressões artísticas relevantes, porque não possibilita o aparecimento de individualidades desenvolvidas, o que para Burckhardt está diretamente ligado com o alto grau de desenvolvimento nas artes.

Mas pode haver casos em que o Estado colabore para o livre desenvolvimento da individualidade, para uma existência humana mais feliz. Existem dois tipos de Estado, coloca o autor: os grandes e pequenos. Nos grandes, almejam-se realizações enormes para manter determinados grupos com suas vantagens ou culturas que, se fossem deixadas sem o amparo estatal, se transformariam ou mesmo desapareceriam. Já nos Estados pequenos, a preocupação principal é tornar o maior número possível de indivíduos cidadãos plenos, dentro de um pequeno território. A liberdade é oferecida mas a responsabilidade cívica é maior: afinal, cada um é responsável pelo seu destino e o de sua pátria. Dentro dos Estados pequenos, vislumbra Burckhardt, é possível um maior número de direitos, uma vida mais a altura

de um ideal humanista, de levar o desenvolvimento do homem às suas possibilidades mais extremas e belas.

Nos dois casos (o objetivo máximo do Estado será alcançado se os cidadãos começarem a possuir um sentimento de dever para com a sua pátria. Esse sentimento de dever vai fazer surgir a idéia de “virtudes nacionais”, que se liga a um ódio dirigido a tudo que seja diferente do que é estabelecido. Enquanto que para a maioria esse sentimento de dever vai apenas reforçar o egoísmo que leva ao desejo de acumular poder, em outros poucos, de sensibilidade mais apurada, faz surgir vocações para a coletividade, para o bem-estar social.

O Estado pode muitas vezes intervir na moralidade, mas para Burckhardt isso é uma presunção burocrática inadmissível. A sociedade rege seus padrões, e como o Estado, que é a personificação de todo o egoísmo, a materialização de toda a violência, poderá decidir com imparcialidade? É certo que o efeito benéfico do Estado advém do fato de ele possuir o Direito, a Justiça e promover uma segurança prolongada para os indivíduos, além de muitas vezes servir de árbitro entre os vários interesses egoístas (“O Estado deve impedir que as diversas corrupções da ‘vida burguesa’ entrem em choque”¹⁸). Mas essas são suas responsabilidades; não se deve permitir que o Estado as ultrapasse.

Quanto o mais o Estado se recordar da sua verdadeira natureza, que é a de uma instituição criada por malignidade, o poder, mais se manterá “sadio” o suficiente para administrar as tensões sociais, impedindo que haja guerras civis e outras catástrofes.

A segunda potência é a Religião, a expressão das necessidades metafísicas inerentes à natureza humana. As formas diferentes que essas necessidades tomam é reflexo da diversidade existente entre os povos e as civilizações. A Religião surge do temor ao sobrenatural, da necessidade de explicar

¹⁸ Idem, p. 44.

a vida, o universo, através de uma força superior. Está intimamente ligada a modos específicos de vida, a visões particulares do mundo. Seus princípios orientam ações, mas são de pouca valia frente à força bruta exercida pelo Estado. As religiões, afirma Burckhardt, são criações de indivíduos em momentos históricos específicos que crescem porque uma parte da humanidade vê respondida, na nova doutrina, uma necessidade metafísica. Um exemplo claro é o do cristianismo, que atendeu as inquietações das massas escravas do antigo Império Romano com a doutrina da salvação além-mundo e de uma ética baseada na não-violência e que valorizava a castidade, a esperança, um Deus mais próximo dos fiéis. A prova, para Burckhardt, de que as grandes religiões não são criadas gradualmente é que o nome de seus fundadores foram preservados; elas podem se fundir, mudar, mas não se criar num processo por etapas.

Burckhardt coloca que, de uma maneira geral, existem dois tipos de povos, o que reflete nos “*ethos*” das grandes religiões: povos realistas, voltados para a esfera ativa, donos de uma mentalidade pragmática, como os gregos e romanos, e povos voltados à contemplação, aos êxtases religiosos alcançados através da separação do crente do mundo ativo, onde as necessidades materiais são satisfeitas ao mínimo, como é o caso dos hindus. As éticas vindas das religiões desses povos são opostas entre si: enquanto as primeiras valorizam o trabalho, o desenvolvimento material e as propriedades terrenas, as outras valorizam o espírito, preso nas ilusões desse plano da Terra. Nesse sentido, Burckhardt antecipa algumas das concepções de Max Weber sobre a religião, principalmente em *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*. Burckhardt chega a comentar que o início carismático de cada religião, além de moldar seus mitos e ritos, cristaliza-se nas instituições que os discípulos constroem para a perpetuação da crença, assim como Weber aponta a rotinização do carisma dos líderes (dominação carismática) em dominações burocráticas ou tradicionalistas.

As religiões, aponta Burckhardt, podem ser classificadas de várias maneiras: por suas origens, seus mitos, sua hierarquias, seus ritos etc. Mas existe uma divisão fundamental entre as religiões nacionais e as grandes reli-

giões (budismo, cristianismo e islamismo para Burckhardt). As religiões nacionais são mais antigas e seu panteão de deuses protege o Estado e as famílias, as bases políticas: eram assim as crenças religiosas na Antigüidade Clássica. Os deuses eram portadores das virtudes cívicas e sempre estavam ligados a uma cidade-Estado ou região específicas. As grandes religiões, ligadas às massas pobres e escravas, são antinacionais por excelência: seus fiéis se espalham pelo planeta e apesar de suas autoridades máximas estarem nos lugares sagrados, os crentes podem se deslocar e viver separadamente. A hierarquia do sacerdócio é muito maior e o conceito de vida além- morte leva ou à necessidade de catequese ou ao aniquilamento do infiéis.

Enquanto algumas religiões nacionais têm menos dogmas e exercem menos influência na vida cotidiana, como a greco-romana, outras apresentam textos sagrados, clero organizado e especulação metafísica restrita a uma elite: as massas populares pouco sabem a respeito do que acreditam, como é o caso do hinduísmo. Já as grandes religiões são por definição dogmáticas: as expressões individuais devem se adaptar ao credo determinado e constitui heresia qualquer contestação. Para combater essas ameaças à ordem tradicional, formada ao longo do tempo pela Religião, usam-se as forças seculares, e o grau do sucesso nessa empreitada, afirma Burckhardt, depende da diferença entre Estados pequenos e grandes. Num Estado pequeno, onde a religião é totalmente identificada com a estrutura política, é mais fácil erradicar heresias do que nos grandes impérios, onde é criada uma cultura niveladora dos vencidos.

Para Burckhardt, a Religião é, em geral, a soma de maneiras de pensar, com grande número de adeptos, sobre as necessidades metafísicas, e mesmo sendo um elemento estável como o Estado, só pode continuar perpetuando o seu domínio se não for utilizado contra ela o poder político; diante da violência, todas as religiões se submetem. Portanto, a força secular, ao ser utilizada a favor ou contra a Religião, determina sua existência e seu futuro.

A Religião, para Burckhardt, está intimamente relacionada com o estilo de vida do povo analisado e está no início das manifestações artísticas. Primeiro, os homens modelavam estátuas e cantavam hinos para os deuses, já que a inspiração do sobrenatural é a mais básica.

A terceira potência, que se opõe às outras duas por ter natureza dinâmica, é a Cultura. Esta, ao contrário do Estado e da Religião, é o reino da espontaneidade, da não-obrigatoriedade, da criatividade e da energia. Através de sua ação incessante, a Cultura, por ser o elemento vital da sociedade, modifica os elementos estáticos; critica-os e modifica sempre o conhecimento sistemático que são a Ciência e Filosofia. A Cultura é a materialização do *Volkgeist* (o espírito do povo), mas não é a cristalização em formas específicas, como se apresentam o Estado e a Religião.

Burckhardt nega completamente as propostas do evolucionismo cultural pelo simples fato de que o trabalho braçal, a aparente rudeza do meio social dos povos “ditos primitivos”, requer tanto ou mais atividade intelectual, criação e sensatez do que existe nas sociedades ocidentais. O desenvolvimento cultural não está ligado às qualidades intrínsecas que os povos possam ter (étnicas, religiosas, econômicas ou políticas), e sim ao surgimento de seres humanos capazes, dignos, à livre expressão das individualidades, acredita Burckhardt.

O Estado e a Religião, por serem repressores, massificadores, contribuem negativamente para o florescimento de grandes individualidades, e isso é, para Burckhardt, o grande mal da modernidade: a massa vence o indivíduo, existe uma nivelção por baixo, todos se transformam em meros números da burocracia, todos se iludem que podem ser cultos, belos e jovens sem esforço ou dedicação. Todos são disciplinados pela mesma lógica repressiva, e o Estado aumenta seu poder de forma gigantesca e assustadora, num mundo cada vez mais interconectado. O conhecimento não está ao alcance de todos; Burckhardt não se ilude com as falácias de uma suposta democracia que possa estar surgindo nas nações.

As três potências, relacionando-se entre si, formam o que Burckhardt denomina de “seis fatores da civilização”, as configurações que as diferentes épocas históricas podem ter, mas o autor nega que essa sua proposta seja um sistema filosófico; não é possível construir tal coisa para o estudo da História, o reino do imprevisto. A História é a-filosófica, e vice-versa. Enquanto que as propostas da Filosofia da História, sob a perspectiva hegeliana, tenta compreender as diferenças entre povos e épocas a partir de uma lógica que determina padrões, fases pré-estabelecidas, a metodologia burckhardtiana propõe o inverso: quer observar, na corrente caótica dos acontecimentos, na narração dos sofrimentos, nas loucuras, nas alegrias e nas catástrofes da humanidade, o que permanece.

O primeiro fator da civilização é a influência do Estado sobre a Cultura. Nesse caso tem-se uma rígida imobilidade da linguagem, da expressão artística em geral, e uma negação do elemento individual em contraposição com a expansão de todo um discurso cívico tradicional. Era o que ocorria no Egito Antigo e nas civilizações Maia, Inca e Asteca. Mesmo o artista mais talentoso não poderia fugir do estilo estabelecido, por exemplo; nas tumbas egípcias vêem-se figuras pintadas da mesma maneira, mesmo em dinastias diferentes. São valorizados os grandes monumentos, que expressam fisicamente a onipotência do Estado, como as grandes pirâmides de pedra e os templos gigantescos.

Burckhardt aponta uma diferença fundamental entre a *pólis* grega e o Estado moderno: enquanto na primeira os altos valores cívicos influenciavam positivamente a discussão filosófica, as artes e toda a vida social, o segundo torna servil toda manifestação do espírito humano, transformando pensadores, artistas e criadores em burocratas assalariados sem autonomia: “A dependência do Estado é a esterilização de qualquer iniciativa”.¹⁹ Este fator apresenta-se, por exemplo, nas civilizações antigas que possuíam urbanização, como o Egito, os povos pré-colombianos, a Mesopotâmia. O Esta-

¹⁹ Idem, pg. 101.

do, nesses povos, surge de lutas sangrentas e torna-se a maior força no jogo social: enormes construções, como as pirâmides, demonstram a gigantismo do poder estatal. A Religião reforça esse poder através de um direito sagrado especialmente constituído; sacerdotes e mago são encarregados de áreas de administração e reconhecem a natureza “divina” dos governantes.

O elemento individual é quase inexistente; as artes e as ciências são marcadas por uma rigidez severa de formas e conteúdos estabelecidos. Não há uma capacidade de renovação, e sim uma limitação do desenvolvimento do ser humano. O nacionalismo é levado às últimas conseqüências, torna-se uma xenofobia doente, imobilizadora, auto-rejubiladora que se afirma nos estilos monumentais: “Os maiores gênios técnicos e artísticos não puderam alterar nada nos rudes palácios construídos em Nínive”.²⁰ Para Burckhardt, a tensão necessária para a criação da grande obra de arte vem da energia de um indivíduo plenamente desenvolvido, e isso se torna impossível quando o Estado, a concentração da malignidade, a força bruta, domina a Cultura. Não há possibilidade de diálogo, de livre pensamento, de preocupação com o ser humano numa época em que todos são subjugados pelo terror e massificados, esvaziados de suas possibilidades criativas pelo conteúdo opressor que é apresentado pelo Estado.

O Estado europeu, afirma Burckhardt, surge da tradição muçulmana transplantada para a Prússia e se caracteriza pela regulamentação de todos os aspectos da vida social: nesse sentido, não se diferencia dos Estados antigos na sua essência, só pelo fato de utilizar meios coercitivos mais desenvolvidos e dispendiosos. O período absolutista de Luís XIV é outro exemplo de sociedade onde o Estado domina a Cultura: o modelo de comportamento para toda a França era a Corte, todos os filósofos e artistas só sobreviveriam se estivessem a serviço dos nobres, e a pessoa física do rei representava o espírito da nação materializado: nascia em público, se divertia em público, tinha relações sexuais também em público e assim por diante. O Rei-Sol

²⁰ Idem, pg. 92.

vivia num teatro, com falas e gestos marcados pelas regras de etiqueta que todos deveriam seguir.

É perigoso, Burckhardt alerta, essa dependência total do aparelho estatal: “Habituar-se gradualmente à tutela completa do Estado, porém, conduz inevitavelmente à esterilização de toda e qualquer iniciativa: espera-se tudo do Estado, derivando-se como corolário dessa atitude que ao ocorrer a primeira transformação do poderio, passa-se a exigir tudo do Estado e a acumular sobre ele todas as responsabilidades”²¹, o que aumenta a imobilidade e perturba toda a vida da sociedade.

A Cultura se torna mero acessório no projeto de tornar cada vez maior e mais poderoso o Estado, e se transforma em algo incapaz de fazer mais que isso. Contribui para o crescimento das forças malignas do poder como um servo humilde que, no entanto, é mais inteligente que o senhor.

O segundo “fator da civilização” é a influência da Religião sobre a Cultura. Nesse fator, o elemento sacro invade todas as esferas sociais, mesmo as privadas, as cotidianas. A hierarquia sacerdotal ou é boa parte da estrutura do governo ou é a autoridade máxima, tanto religiosa quanto laica. A fé, sustentáculo das tradições, faz a Cultura estagnar, presa aos dogmas. Nos Estados onde o direito sagrado predomina, o poder político e religioso cerceiam duplamente a Cultura.

As Artes têm seu início nos rituais religiosos; a fé produziu, na sensibilidade humana, as vibrações para o surgimento de obras artísticas. Mas ao longo do tempo, se esse impulso inicial não for desdobrado em direção à beleza profana, a estética daquele povo permanece a mesma enquanto durar aquela religião, como ocorreu no Egito e em Bizâncio, segundo Burckhardt.

O terceiro fator é a influência da Religião sobre o Estado. Os sacerdotes governam, há uma negação total da individualidade e os escravos servem os iniciados. As teocracias, segundo Burckhardt, surgem de reações ao poli-

²¹ Idem, pg. 101.

teísmo e outras ameaças externas, como o Islã. O mundo clássico, onde a Religião era dominada pelo Estado e pela Cultura, conheceu um desses regimes na cidade de Delfos, onde estava localizado o mais importante oráculo de Apolo.

As religiões não têm afinidade com a política em si; utilizam as forças seculares para aumentar e consolidar sua influência. O caso da Igreja Católica é bastante interessante: “A Igreja, ressaltamos, não ama Estado algum, no entanto, tende a aceitar aquela forma de Estado que se demonstrar mais apta a executar as perseguições que a Igreja lhe ditar”.²² A Igreja mostra certa aversão ao espírito político moderno; muitas vezes permanece aristocrática, monárquica, e a sua separação do Estado é um dos problemas do mundo moderno. Para as massas ocidentais, a Cultura e o Estado aparecem com mais destaque, mas quando a Igreja aprende a caminhar com as próprias pernas, independentemente do Estado, pode se tornar um fator de progresso na sociedade.

O quarto fator é a influência da Cultura sobre o Estado. O Estado, para Burckhardt, não é um produto da Cultura de um povo (do seu *Volkgeist*) nem do *Zeitgeist*. É uma estrutura que tem vida independente, princípios diversos e uma lógica própria. A Cultura pode influenciá-lo enormemente, como no surgimento da *pólis* ateniense; naquele momento, a Cultura imprime um dinamismo extraordinário aos negócios públicos, o que possibilita o livre crescimento das forças individuais: essa expressão máxima pode ser vislumbrada nas tragédias e na filosofia (Platão, por exemplo, era atleta e filósofo). É o oposto do que ocorre na modernidade, onde o desenvolvimento se dá de maneira desigual, causando pouquíssimas genialidades e muitas mediocridades. O brilho intelectual, artístico, atlético, é empalidecido frente ao poder do Estado.

Só a cidade de Florença, no período renascentista, para Burckhardt, pode se igualar a Atenas. Os efeitos produzidos pela influência da Cultura

²² Idem, pg. 123.

sobre o Estado podem ser observados na criação de um cânone harmonioso, composto pela inter-relação entre as artes e as ciências e pelas expressões individuais, onde não há divisão entre cultos e não-cultos, onde a sociabilidade é positiva. Nos dois casos, para Burckhardt, há a perfeição. Depois do Renascimento italiano, o Estado moderno domina a Cultura, criando uma sociedade massificada e falsamente igualitária.

O quinto fator é a influência do Estado sobre a Religião, como era o caso na Antigüidade Clássica. A religiosidade, tanto na Grécia quanto em Roma, não determina as relações políticas, sempre laicas, como o faz o Direito. Os deuses são “deuses estatais”, criados para proteger a ordem cívica.

A hierarquia religiosa sofre a influência do Estado de forma maléfica: ambição de poder e propriedades materiais obscurece os nobres propósitos das doutrinas, e os ritos se tornam meras convenções, um verniz de moral por sobre a falta de fé. Por isso, Burckhardt coloca que só quando a Religião enfrenta o poder e sofre as conseqüências, ela encontra seu caráter ideal, se torna coerente e positiva.

O último fator de civilização é a influência da Cultura sobre a Religião. A Filosofia e outras manifestações da Cultura, como a Ciência, trazem novas perspectivas e dificuldades ao pensamento teológico e acrescentam inovações às crenças religiosas. No século XX, a Igreja Católica oficialmente aceitou a tese evolucionista de Darwin, deixando de lado a idéia criacionista, que não se sustentava frente às constatações levantadas pelos pesquisadores. Assim como o papa João Paulo II, poucos anos atrás, reabilitou Galileu Galilei, que foi proibido, no Renascimento, de professar a tese de que a Terra é uma esfera, e não é o centro do Universo.

Seitas protestantes mais recentes não se opõem às técnicas anticoncepcionais, assim como cultos podem ser vistos pela televisão. Esses são alguns exemplos da atividade da Cultura, elemento dinâmico, que aos poucos modifica a estabilidade da Religião.

Werner Kaegi, conterrâneo de Burckhardt, passou toda a sua vida estudando e organizando a edição completa de suas obras, incluindo as cartas e os documentos de seu arquivo, escreveu o prefácio da edição em francês, ressaltando que quando Burckhardt faz um par de oposição entre Estado/Religião *versus* a Cultura, sendo que as duas primeiras potências são estáveis e dispõem de meios coercitivos, muitas vezes acabando com a possibilidade de desenvolvimento individual (que, como vimos, é a base para o cultural), está realizando uma ode à liberdade, à criatividade, contra o poder.

O estudo dos fatores ou potências não constitui um sistema de conceitos, porque, para Burckhardt, a elaboração dos últimos pertence ao terreno da Lógica, e não da História, o reino da mutabilidade, das permanentes transições. A Filosofia trata da essência, do critério subordinador, enquanto a História é coordenação de elementos do devir. Assim, é inviável uma Filosofia da História, como queria Hegel. Como aplicar critérios no processo histórico, se este é inesperado? Portanto, Burckhardt não vê avanços nem retrocessos no processo histórico, e pode voltar seus olhos para a Arte, terreno da atividade humana onde justamente uma geração de grandes artistas pode ser substituída por outra de meros imitadores, e vice-versa, sem nenhuma possibilidade de previsão. E para a Cultura, a soma total das criações do espírito humano que não reivindicam validade universal (ao contrário do Estado e da Religião), ou seja, aquelas manifestações que não são as mesmas para toda a sociedade e cujos desenvolvimentos também não são uniformes.

Burckhardt deixa claro seus juízos de valor; para ele, não é o Estado nem a Religião que garantem a felicidade da humanidade; seus heróis não são os políticos, os burocratas nem os líderes religiosos, mas os homens alcançam a expressão máxima na Cultura, em sociedades favoráveis a isso, que lhes dão as condições necessárias para tanto. Burckhardt afirma várias vezes sua fé na *Kultur* e deixa seu leitor perceber a importância disso em seu pensamento. Sua visão do mundo moderno, porém, torna essa sua fé amarga, profética porque pessimista: o poder, mal em si, subjuga as forças da livre consciência.

O indivíduo que sofre as conseqüências do poder e as três potências, Burckhardt mesmo afirma no início de suas *Reflexões*, são o ponto de partida do estudo da História. Antes dos acontecimentos das grandes guerras, ficou famoso e virou clássico na Europa por *A Cultura do Renascimento na Itália*: a burguesia em expansão lia encantada sobre o nascimento do indivíduo moderno, sobre suas origens nobres nos lindos castelos de Florença. Mas Burckhardt não apresentava só um lado da moeda, e após as catástrofes, as mortes, o horror, as *Reflexões* foram descobertas e se tornaram universalmente conhecidas: era o indivíduo moderno sofrendo por causa do poder irrefletido. Um soldado alemão, diante da tragédia que se desenrolou em Stalingrado, antes de morrer escreveu a seus pais que seu único consolo, seu modo de resistir ao que via, era ler *Reflexões*. Essa história contada por Werner Kaegi ilustra a força do pensamento, da metodologia de Jacob Burckhardt. Profeta desesperançado, guardião dos valores humanísticos, Burckhardt ofereceu propostas que encontraram eco no estudo da História do terrível século XX.

Bibliografia

BURCKHARDT, Jacob. *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. Basileia: s/ed, 1905.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflections on History*. Londres: Allen and Unwin, 1943.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexiones sobre la Historia del mundo*. Buenos Aires: Editorial Ateneo, 1944.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a História*. Trad. de Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961.

BURCKHARDT, Jacob. *Considérations sur l'Histoire Universelle*. Paris: Payot, 1965.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Editora da UnB, 1991.

BURCKHARDT, Jacob. *Il cicero-
ne: guida al godimento delle opere
d'arte in Italia*. Florença: Rizzoli,
1994, 2 vols.

BURCKHARDT, Jacob. *Conside-
razioni sulla Storia Universale*.
Milão: Arnaldo Mondadori Editore,
1996.

BURKE, Peter. "Jacob Burckhardt
e o Renascimento italiano". In:
BURCKHARDT, Jacob: *A cultura
do Renascimento na Itália*. São
Paulo, Companhia das Letras,
1991.

CANTIMORI, Delio. *Storici e
storia. Metodo, caratteristiche e
significato del lavoro storiografico*.
Turim: Einaudi, 1971.

CASSIRER, Ernst. *El problema
del conocimiento*, vols. 3 e 4. Mé-
xico: Fondo de Cultura Económi-
ca, 1978, pgs. 490-531 e 319-355.

CASSIRER, Ernst. *O mito do Es-
tado*. Rio de Janeiro, Zahar Editore,
1981.

FERNANDES, Cássio da Silva.
"O jovem Burckhardt e a Civiliza-
ção do Renascimento na Itália".
Dissertação de mestrado em Histó-
ria, Instituto de Filosofia e Ciên-

cias Humanas – IFCH. Universi-
dade Estadual de Campinas, 1998.

FEST, Joachim: "Jacob Burckhardt:
la tragica e meravigliosa comme-
dia della storia". In:
BURCKHARDT, Jacob. *Conside-
razioni sulla Storia Universale*.
Milão: Arnaldo Mondadori Editore,
1996.

GAY, Peter. "Burckhardt, o poeta
da verdade". In: *O estilo na História*.
São Paulo, Companhia das
Letras, 1990, pgs. 131-166.

GHELARDI, Maurizio. "I corsi
introduttivi allo studio della storia
di J. Burckhardt. Una rilettura
delle *Weltgeschichtliche Betrachtungen*".
*Arti e memorie
dell'Accademia toscana di scienze e
lettere La Colombaria*, 51, 1986,
pgs. 229-364.

GILBERT, Felix. "Jacob Burck-
hardt's student years: the road to
cultural history". *Journal of the
History of Ideas*, 47, 1986, pgs.
249-279.

GOMBRICH, Ernst. *Para uma
História Cultural*. Lisboa: Gradi-
va, 1994.

KAEGI, Werner. “Avant-propos”. In: BURCKHARDT, Jacob. *Considérations sur l’Histoire Universelle*. Paris: Payot, 1965.

NIETZSCHE, Friedrich. “Carta a Jacob Burckhardt em Basileia, 1889”. Trad. Por Osvaldo Giacóia. Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, 1994, mimeo.

VERMEERSCH, Paula. “Pão e circo, a imaginação como contrapoder”. Monografia de conclusão do curso em Ciências Sociais, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1998.